

CHECK LIST DO GESTOR DE PARCERIA

NR	CRITÉRIO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
1.	A OSC possui registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas?			
2.	A OSC possui no mínimo a seguinte documentação legal? - <i>Ata de fundação, aprovação do Estatuto, eleição e posse da Diretoria e outros órgãos da Administração;</i> - <i>Estatuto atualizado</i> - <i>Comprovação de inscrição no CNPJ (site)</i>			- Lei Fed 13.019/2014 (Art 39, I); - Lei Fed 6015/73 (Lei RP); - Lei Fed 10.406/2002 (CC); (Art 44 a 52) - IN RFB 1634/2016 (Art 3º e 4º)
3.	O Estatuto da OSC prevê expressamente, que: <i>Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.</i> <i>Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.</i> <i>A escrituração está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.</i>			Lei Fed 13.019/2014 (Art 33, I, III, IV) Exceto as Organizações religiosas e as Cooperativas (incisos I e III)
				Lei Fed 13.019/2014 (Art 33, I, III, IV) Exceto para Acordo de Cooperação, que será exigido somente o "I".
4.	A OSC possui inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica)? 1 ano para parcerias municipais 2 anos para parcerias com o Estado (UF) 3 anos para parcerias com a União			Lei Fed 13.019/2014 (Art 33, V, letra a) <i>Admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;</i>
5.	A OSC tem experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante?			Lei Fed 13.019/2014 (Art 33, V, letra b) Exceto para Acordo de Cooperação.
6.	A OSC possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas?			Lei Fed 13.019/2014 (Art 33, V, letra c) Exceto para Acordo de Cooperação. Para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso V, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

NR	CRITÉRIO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
7.	A OSC tem pendência em Prestação de Contas de parceria anteriormente celebrada?			Lei Fed 13.019/2014 (Art 39, II)
8.	A OSC tem dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau?			Lei Fed 13.019/2014 (Art 39, III) Afinidades: conjuge, sogros, cunhados, etc. Observar § 5º e 6º do Art 39
9.	A OSC possui contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 anos?			Lei Fed 13.019/2014 (Art 39, IV) Exceto se: <i>a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;</i> <i>b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;</i> <i>c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;</i>
10.	A OSC sofreu punição com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade? <i>a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;</i> <i>b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;</i> <i>c) a prevista no inciso II do art. 73 desta Lei;</i> <i>d) a prevista no inciso III do art. 73 desta Lei;</i>			Lei Fed 13.019/2014 (Art 39, V)
11.	A OSC possui contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos?			Lei Fed 13.019/2014 (Art 39, VI)
12.	A OSC possui dirigente pessoa: <i>a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;</i> <i>b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;</i> <i>c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.</i>			Lei Fed 13.019/2014 (Art 39, VII)

NR	CRITÉRIO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
13.	Na cidade sede da OSC tem Agência bancária pública?			Lei Fed 13019/2014 (Art 51)
14.	A OSC tem experiência com Internet Banking?			A Lei exige conta bancária em Banco público e específica para cada parceria. Todas as transações deverão ser feitas por meio de TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA (Art 53), isso exige que o fornecedor ou prestador de serviço também tenha conta bancária (em qualquer estabelecimento).
15.	A OSC possui profissionais, gestores ou pessoas com experiência na elaboração de Plano de Trabalho e Prestação de Contas?			Ainda que voluntário. Necessário para evitar problemas no futuro
16.	A OSC possui em seu Estatuto pelo menos um dos objetivos sociais abaixo previstos em Lei? <i>I - Promoção da assistência social;</i> <i>II - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;</i> <i>III - promoção da educação;</i> <i>IV - Promoção da saúde;</i> <i>V - Promoção da segurança alimentar e nutricional;</i> <i>VI - defesa, preservação E conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;</i> <i>VII - promoção do voluntariado;</i> <i>VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;</i> <i>IX - Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;</i> <i>X - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;</i> <i>XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;</i> <i>XII - organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;</i> <i>XIII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.</i>			Lei Fed 13019/2014 (Art 84, C)

NR	CRITÉRIO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
17.	A OSC Possui um Setor, profissional ou contabilidade contratada para atuar na organização e controle contábil, como: encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos a Parceria?			Base: Dec Fed 8726/2016 (Art 36, II)
18.	Em se tratando de Parceria Federal, a entidade possui impedimento no SICONV, CEPIM, SIAFI, SICAF e CADIN?			Dec Fed 8726/2016 (Art 46, IV) Art 39 Lei Fed 13019/2014

ESPELHO PROCESSUAL

N °	DOCUMENTO	AMPARO DA LEI 13.019	✓
1.	Cópia do Estatuto registrado e suas alterações	Art. 34, III e Art. 33	
2.	Cópia da Ata de eleição e Posse da Diretoria	Art 34, V	
3.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ	Art 33, V, a	
4.	Comprovante de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante. Relatórios com comprovação das atividades desenvolvidas deverão ser anexados.	Art 33, V, b Exceto para Acordo de Cooperação	
5.	Cópia de currículos dos profissionais envolvidos na Parceria		
6.	Certidão de regularidade do FGTS – CRF/FGTS	Art 34, II	
7.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT		
8.	Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais		
9.	Certidão de Dívida Ativa		
10.	Relação nominal atualizada dos integrantes da Diretoria, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles	Art 34, VI	
11.	Cópia do Comprovante de endereço da OSC (conta de consumo)	Art 34, VII	

N °	DOCUMENTO	AMPARO DA LEI 13.019	Check ✓
12.	<p>Declaração Integrada (sugestão: todas as informações abaixo no mesmo documento).</p> <p>(1) informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento;</p> <p>(2) sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.</p> <p>(3) de que não há, em seu quadro de dirigentes: <i>a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; e</i> <i>b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau</i></p> <p>(4) que não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;</p> <p>(5) que não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: <i>a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;</i> <i>b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e</i> <i>c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.</i></p> <p>(6) contendo o nome do Contador responsável (7) contendo o nome do Gestor da Parceria (8) de abertura de conta bancária específica (9) que a OSC se compromete a atender a Lei Federal 12.527/2011 e dar ampla publicidade ao objeto pactuado. (10) que a entidade se compromete a aplicar os recursos repassados de acordo com o Art 51, bem como prestar contas na forma dos Art 63 a 68 da Lei Fed 13019/2014.</p> <p>(modelo abaixo)</p>	<p>Art 39, III Art 33, V, c) Art 39, III Art 42, XX Art 51 Lei Fed 12.527/2011 Art 51</p>	
13.	Plano de Trabalho	Art 22, Art 42, XX	

**MODELO DE DECLARAÇÃO INTEGRADA
SUGESTIVA**

**LOGOMARCA DA ENTIDADE
TIMBRE**

DECLARAÇÕES

Em cumprimento a Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Municipal....., o Edital de Chamamento Público....., DECLARO, como Representante Legal da que a Organização da Sociedade Civil (OSC):

- 1) – E seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014;
- 2) – Possui instalações e outras condições materiais de organização, bem como sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.;
- 3) - não há, em seu quadro de dirigentes: *membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; e cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;*
- 4) - Não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- 5) - Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: *membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.*
- 6) - que a OSC se compromete a atender a Lei Federal 12.527/2011 e dar ampla publicidade ao objeto pactuado;
- 7) - que a entidade se compromete a aplicar os recursos repassados de acordo com o Art 51, bem como prestar contas na forma dos Art 63 a 68 da Lei Fed 13019/2014.
- 8)– A OSC abrirá conta bancária específica em instituição financeira pública, caso a parceria seja aprovada/homologada.

CONTADOR RESPONSÁVEL:

- Nome Completo:
- Filiação:
- Naturalidade:
- Nacionalidade:
- Identidade:
- CPF:
- CRC:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF

INICIATIVA DA PUBLICAÇÃO:

WR CONSULTORIA E TREINAMENTO

EM PARCERIA COM A REDE MINEIRA DA CIDADANIA

consultoria e ministramos capacitações

sobre o MROSC, Captação de Recursos, Elaboração de Projetos e Registro de entidades.

Acesse: redemgcidania.org

WhatsApp: (31) 9 8708-1497 ou 9 9204-6287

wrconsultoriaetreinamento@gmail.com